

Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem: morte, sofrimento e a profissionalização do bem-estar no contexto da pecuária de corte brasileira¹

Caetano Sordi²

Introdução

Se a preocupação com o sofrimento dos animais não é recente, denotando séculos de especulação filosófica e religiosa, o desenvolvimento sistemático de tecnologias de bem-estar e mitigação do mesmo seguramente o é, bem como sua apropriação legal e econômica pelo sistema agropecuário. Em um artigo recente, publicado na edição de março/abril de 2012 da revista *Foreign Affairs*, Miyun Park e Peter Singer afirmam:

A new movement is emerging. With an increasing number of animals being raised for international markets, and with a growing ability for people to watch previously unseen footage of animal handling, policymakers, businesspeople, nongovernmental organizations and ordinary citizens are showing greater interest in how animals are treated, wherever they may be. It is no longer sufficient for governments to be concerned for the welfare of animals within their own borders: animal welfare is *quickly becoming an issue of international concern*. (2012, p. 124)

Conjunturas como essa afetam diretamente o Brasil, atualmente posicionado entre os campeões globais da produção animal³. Mas como, e em que medida, o bem-estar animal vem sendo aplicado no país? Quais são as pressões estruturais que tem incidindo sobre a produção animal brasileira em torno da questão do bem-estar? Como o bem-estar animal vem sendo compreendido e apropriado pelos discursos do agronegócio nacional? O que isto tem a nos dizer sobre a institucionalização de categorias como “bem-estar” e “sofrimento” num sentido mais geral e transespecífico, isto é, não somente aplicado aos animais?

¹ Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (Vila Real, setembro de 2013).

² Doutorando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil).

³ O Brasil é o segundo maior exportador de carne bovina atrás dos Estados Unidos, sendo simultaneamente o maior exportador deste produto. O país também lidera as exportações de frango e está em quarto lugar nas exportações suínas. O rebanho bovino nacional conta com mais de 200 milhões de cabeças (IBGE, 2011).

Para responder estas e outras perguntas, emprego o conceito de *transformação profissional do sofrimento*. Seguindo Kleinman e Kleinman (1995), compreendo por isso a tradução em variáveis e práticas objetivas daquilo que, em última instância, apresenta-se subjetiva e qualitativamente: o sofrimento e, em última instância, a morte. Neste sentido, explica-se a circunscrição empírica ao universo da pecuária de corte, por ser nela que a questão da morte, através do abate, se apresenta de maneira mais expressiva. É sabido que na pecuária leiteira os animais também são submetidos a situações de muito sofrimento e *stress*. No entanto, a pecuária de corte se orienta do início ao fim em relação à morte dos animais, o que aproxima seus dilemas morais – mesmo que somente metafórica e formalmente – àqueles existentes em torno da eutanásia humana: dado que a morte destas reses é “inevitável”, como tornar a sua vida restante suportável? Como minimizar seu sofrimento *ante mortem*? Quais os limites admissíveis de sofrimento? Ao partir do pressuposto de que é possível diminuir o sofrimento dos animais de corte a partir da aplicação de técnicas e saberes científicos na fazenda, o “manejo racional” e o “abate humanitário” podem ser considerados como *dispositivos* de transformação profissional do sofrimento animal, destinados a tornar mais palatável (e socialmente aceitável) a sua morte.

O conceito de *dispositivo* é aqui empregado no sentido de Agamben (2009): “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 40). Este me parece um conceito interessante de ser aplicado ao presente estudo porque não se refere somente aos seres *humanos*, mas abrange todo o conjunto dos seres *viventes*. Mesmo que os animais não possam opinar e discursar, é plenamente possível que suas condutas corporais e comportamentais sejam interceptadas, modeladas, controladas e asseguradas. Fosse de outra forma, processos milenares de interação humano-animal como a doma e a domesticação não seriam possíveis. Ainda segundo Agamben, o resultado da interação entre vivos e dispositivos são os “sujeitos”, de modo que todo dispositivo é produtor de subjetivações.

Meu argumento, portanto, é o seguinte: como dispositivo, o bem-estar animal produz duas subjetividades distintas, porém interconectadas. A primeira é a do animal como um *corpo-que-sofre*, isto é, que se subjetiva enquanto tal justamente a partir do reconhecimento do seu sofrimento. A segunda é a do ser humano como aquele que

reconhece este sofrimento; não só cognitivamente, mas também num sentido prático, vivido, já que é ele quem atualiza o *ergon* do dispositivo.

Aparentemente, a produção destas subjetividades de maneira *sistêmica*, porque cada vez mais generalizada e profissionalizada, introduz uma verdadeira novidade no sistema produtivo. Isto porque a pecuária de corte, nos últimos dois séculos, intensificou a reificação dos animais, fazendo-os tenderem mais para o estatuto de *coisa* do que de *sujeito*. Ato contínuo, as tecnologias de bem-estar animal pareceriam proceder ao caminho contrário, pois restituíam aos animais de produção um estatuto há muito perdido.

Todavia, como pretendo demonstrar a seguir, é justamente agora, num contexto de transformação do sistema-mundo como área de produção e distribuição de alimentos, que a subjetivação dos animais mostra sua outra face de Janus, sua perfeita adequação à pecuária de corte industrial. Em outras palavras, o argumento é que ressubjetivar os animais de corte através do bem-estar não conduz necessariamente à domesticação do “moinho satânico” (para empregar uma metáfora de Karl Polanyi) da indústria frigorífica. Ao contrário, esta ressubjetivação pode se tornar sua maior aliada, uma vez que corpos-que-sofrem “adequada” ou “humanitariamente” são também corpos que produzem excelentes carcaças, tanto física quanto simbolicamente.

Por fim, o fato de compartilharmos com os animais uma dimensão comum, o sofrimento e a morte, passível de transformação profissional e captura por um determinado dispositivo, abre uma janela de possibilidades um tanto perturbadora, já que os corpos-que-sofrem animais não são muito diferentes dos corpos-que-sofrem humanos. Vejamos como. E por quê.

Colocar-se no lugar do boi

Em 2011 e 2012, realizei trabalho de campo em uma grande feira internacional da pecuária de corte, a chamada FEICORTE, descrita pelos seus organizadores como o maior evento *indoor* deste tipo do mundo. Este evento se realiza anualmente em São Paulo (SP) e propõe-se como a “vitrine” do sistema-carne nacional, procurando forjar uma imagem de modernidade, sustentabilidade e transparência para um setor classicamente considerado atrasado e conservador nas narrativas de brasilidade (Borges, 2008).

Além das exposições, leilões e concursos envolvendo os animais, também ocorre na FEICORTE aquilo que poderíamos chamar de um “trabalho ideológico” do sistema-carne brasileiro, isto é, a busca por certa unificação discursiva e retórica em relação a uma série de assuntos controversos: a relação do setor com o Estado, os embargos estrangeiros à carne brasileira; como resistir àqueles que, pelos animais ou pela saúde, criticam o consumo e a produção do produto; entre outros.

O palco deste trabalho ideológico é um setor da feira denominado Espaço Carne, no qual se realizam palestras, conferências e *workshops*. Em 2011, o Espaço Carne foi abrilhantado com uma iniciativa denominada *Caminho do Boi*, em que o visitante era convidado a percorrer, de maneira simulada, o trajeto que conduz o animal até o seu abate. Em suma, “colocar-se” no lugar do animal. Tratava-se de uma exposição didática dos mais modernos métodos de bem-estar e “manejo racional” dos animais da pecuária de corte, de modo a disseminar a ideia entre os produtores.

Ademais, salientava-se que, para além da agregação de um valor ético ao seu produto, o “manejo racional” também servia como uma poderosa maneira de preservação da integridade e da qualidade da carcaça, já que se minimizariam os riscos de hematomas e descargas hormonais no sangue do animal. Embora visasse conscientizar os visitantes de que o manejo racional operava a síntese entre produção de carne e respeito ético, a iniciativa também visava conscientizar o produtor de que aquilo era bom para o seu bolso, ao manter a carcaça dos bovinos macia e intacta.

O circuito se iniciava com a abertura de uma porteira, seguida do confinamento dos visitantes em um brete coletivo. Uma vez agrupados neste brete, os visitantes eram empurrados vagarosamente por uma imensa chapa metálica em direção a outra porteira, “*que nem no manejo racional*”, segundo o mediador. De acordo com ele, os métodos tradicionais seriam marcados pela desordem e o descaso em relação às reses, tocadas para frente com arpões e varas anarquicamente manejados por peões despreparados. Imagens destes métodos “arcaicos” eram televisionadas logo à frente.

Passado este primeiro momento, cada visitante era individualmente conduzido ao *tronco de contenção*, que por sua vez dava acesso ao estágio onde os bois são pesados e identificados. Neste momento do circuito, um totem de informações perguntava: “quanto custa esse percentual a mais de hematomas para o seu negócio?”. Ao longo do trajeto, também estavam afixados *banners* que informavam, em termos de

toneladas, a quantidade de carcaças que eram desperdiçadas todos os anos devido à má organização do manejo *ante mortem*. Um destes *banners* fazia saber que o *stress* dos animais é capaz de produzir toxinas depreciativas da qualidade da carne, de modo que a felicidade dos primeiros estaria intimamente relacionada à excelência desta última.

O momento crítico do circuito, por fim, era a chegada dos visitantes ao *box de atordoamento*, espécie de confinamento metálico no qual as reses são abatidas com um golpe de pistola na testa. Este momento crítico, no entanto, foi também um grande anticlímax. Se até então o visitante percorria todo o caminho do boi como um boi, a partir deste momento as posições originais eram restituídas e o visitante era colocado no ponto de vista do manejador humano, o qual, através de um painel repleto de manivelas, controlava todo o processo desde *cima* e desde *fora*. De acordo com o mediador, seria possível abater um boi em apenas 13 segundos; um processo rápido e ascético, pensado, segundo suas próprias palavras, “*para o bem dos dois*”, o animal e o humano. Interessante notar que um consultor do SEBRAE⁴ ali presente lembrou que o abate “*dá muita causa trabalhista*”, referindo-se, seguramente, aos altos índices de insalubridade do trabalho frigorífico no Brasil⁵.

Fiquei cogitando, posteriormente, quais seriam as razões para esta abrupta interrupção da aventura perspectivística. Se é certo que seria impossível ser abatido no circuito como um boi, porque não ao menos permitir ao visitante penetrar no *box de atordoamento*, ao menos para sentir como é estar naquele lugar? Quais os limites da empatia frente o sofrimento do outro, frente à morte do outro, que aquele retorno à posição não só humana, mas também de algoz do animal, estaria demarcando?

Alguns aspectos conjunturais

O mediador do *Caminho do Boi*, ao saber que eu era originário do Rio Grande do Sul, contou-me que havia visitado algumas plantas frigoríficas do grupo Marfrig na região da Campanha, contígua à linha fronteira que separa o Brasil de Argentina e Uruguai. O grupo Marfrig é atualmente um dos campeões da produção de proteína animal no Brasil, juntamente com o grupo JBS Friboi. Ambos se beneficiam de um contexto mais geral, no qual o Estado brasileiro, através do Banco Nacional de

⁴ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁵ De acordo com os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e Previdência Social (MPS), as atividades relacionadas com o setor de carnes possuem grau de risco três vezes maior que outras atividades (MPS e MTE, 2009).

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem subsidiado e financiado a gigantização e a internacionalização do capitalismo brasileiro, com ênfase nas *commodities* (Lisboa, 2009). Entretanto, a crescente concentração das plantas frigoríficas brasileiras nas mãos de uns poucos macroagentes tem produzido ruídos entre criadores, Estado e estes megaconglomerados. Os criadores se queixam que a concentração do setor tem moldado todo ciclo pecuário (da reprodução ao abate, passando pela engorda) à imagem e semelhança destes grandes grupos, que exercem uma pressão descomunal sobre os criadores.

Um destes vetores de pressão é, seguramente, o bem-estar animal. Tanto o grupo JBS Friboi quanto o grupo Marfrig buscam assegurar aos seus consumidores que a carne que adquirem no supermercado é produto de uma “linha de montagem” segura e controlada, ambiental e eticamente sustentável. Recentes escândalos envolvendo a insalubridade de alguns frigoríficos de Minas Gerais (ligados, cumpre notar, ao próprio Ministro da Agricultura) provocaram uma onda de choque bastante considerável no sistema-carne brasileiro, de modo que o grupo JBS Friboi chegou a lançar uma ampla campanha publicitária, de inserção impressa e eletrônica, destinada a manter a confiança do consumidor no seu produto. A campanha é estrelada pelo ator Tony Ramos, vinculado à Rede Globo de Televisão e bastante conhecido pelo público brasileiro devido à sua participação em telenovelas. Figura masculina, de meia-idade e de voz decidida e forte, parece ter sido escolhida por inspirar firmeza e confiança. O mote da campanha é “*carne de qualidade tem nome*”.

As grandes redes frigoríficas possuem programas de instrução e incentivo para os criadores em torno da questão das boas práticas de manejo, que contam até mesmo com uma política de subsídios e premiações remuneradas. Abaixo, dois exemplos de atualização desta dinâmica, de acordo com os *sites* dos dois grupos supracitados:

Para garantir a transparência no processo de aquisição de bovinos, a JBS divulga e esclarece aos seus fornecedores que mantém relação comercial com empresas que têm comprometimento e engajamento com questões socioambientais que afetam a cadeia. A conduta da JBS é divulgada constantemente aos seus fornecedores por meio do Manual de a Conduta Ética da Companhia e práticas sustentáveis. Em todos os países de atuação da JBS, a companhia estimula as boas práticas junto aos seus fornecedores. A partir de programas de

qualidade, dissemina, estimula e apoia os seus fornecedores a adotarem condutas sustentáveis (JBS Friboi)⁶

Atualmente temos um departamento exclusivo para tratar os assuntos relacionados a bem-estar animal. Todas as unidades de abate de bovinos possuem pelo menos um técnico (zootecnista, agrônomo, veterinário) altamente capacitado, que promove o tratamento adequado aos animais. Temos os mais modernos equipamentos de contenção e insensibilização dos animais, para que possamos sempre ser fiéis ao conceito de manejo racional e bem-estar. Os colaboradores que trabalham com o gado, desde o transporte até o manejo dentro das unidades, são cientes da responsabilidade que têm de minimizar o sofrimento dos animais. Essa consciência é cultivada através de treinamentos internos e externos, regulares e com revisões frequentes (Marfrig)⁷

Além destas pressões oriundas do mercado, os criadores também são pressionados pelo Estado, cada vez mais atento às questões de bem-estar animal. A Instrução Normativa nº3, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 17 de janeiro de 2000, estabelece “os requisitos mínimos para a proteção dos animais de açougue e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, antes e durante o abate, a fim de evitar a dor e o sofrimento” (MAPA, 2000). Complementarmente, a Portaria nº 185, de 17 de março de 2008, do mesmo Ministério, estabelece a criação de uma Comissão Técnica Permanente responsável pelo fomento de ações que garantam o bem-estar animal. Fazem parte desta comissão técnica, além do próprio órgão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia e Ecologia Animal (ETCO) da UNESP (Universidade Estadual Paulista), sediado em Jaboticabal (SP). No campo científico, o Grupo ETCO tem se destacado como um dos principais polos de bem-estar animal no Brasil, com suas pesquisas servindo de parâmetro para os órgãos governamentais e os grupos privados. Além disso, o MAPA estabeleceu com a WSPA (*World Society for the Protection of Animals*) - a maior organização de promoção do bem-estar animal do mundo - um acordo que prevê o treinamento de fiscais agropecuários para atuarem na área de fiscalização dos frigoríficos.

Internacionalmente, a governança global também está atenta e exerce pressão sobre os criadores. Em 2011, a ISO (*International Organization for Standardization*)

⁶ Disponível em: <http://www.jbs.com.br/RelacaoJBSProdutores.aspx>, acessado em 03 de julho de 2013.

⁷ Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/fomento/bem-estar-animal/index.asp>, acessado em 03 de julho de 2013.

lançou os parâmetros para o selo de certificação “ISO 26000”, que pela primeira vez inclui o respeito ao bem-estar dos animais (Park e Singer 2012). Já a FAO, órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, possui desde 2008 um portal na *web* denominado *Gateway to Farm Animal Welfare*, que reúne distintas informações sobre a criação de animais, incluindo o estado da arte do bem-estar em vários países e setores da produção agropecuária. A iniciativa se baseia na ideia de que práticas de bem-estar animal, mesmo com seus “evidentes impactos positivos para a produtividade”, ainda são desconhecidas ao redor do globo, tanto por governos quanto por agentes privados.

Além disso, percebe-se uma lenta mudança de foco de atuação da OIE (Organização para a Saúde Animal), do campo da sanidade animal, pura e simples, para o campo mais amplo do bem-estar e do tratamento ético dos mesmos. Embora estas instâncias exerçam uma regulação mais difusa sobre os produtores brasileiros, porque conjunturais, elas fornecem selos e certificações bastante estratégicos no mercado internacional, quiçá até indispensáveis. Para o bem ou para o mal, como afirma um material do setor,

O bem-estar animal é realidade, produz resultados e abre mercados. Nossas autoridades e produtores estão cada vez mais alertas sobre isso e sobre a responsabilidade que o Brasil deve ter à frente desse assunto (*Informativo Manejo*: jun-jul. 2010)

Este mesmo tipo de material também registra o tipo de dificuldade enfrentada pelo pecuarista brasileiro quando não adota estes parâmetros internacionais:

os frigoríficos são obrigados a fazer a conferência de identificação, por brincos ou chips, de todos os animais cuja carne será exportada para a União Européia. Se não houver conformidade na leitura, todo o lote é descartado para exportação. (*Informativo Manejo*, out-nov. 2009)

Isto por que

o manejo realizado na fazenda incide diretamente sobre a classificação que a carcaça obtém no frigorífico. Carne de qualidade é produto de uma somatória de cuidados, boas práticas zootécnicas e veterinárias. (*Informativo Manejo*: out-nov-dez 2011)

Outros veículos de comunicação agropecuária, como a *Revista Nacional da Carne*, identificam inclusive quais seriam os desafios a serem enfrentados pelo sistema-carne nacional no sentido de uma modernização ética das suas relações com os animais. De acordo com o diretor executivo da ABIEC - a influente Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - em um artigo desta publicação,

O verdadeiro desafio do Brasil (...) está em democratizar o acesso à tecnologia e conhecimento que já existem disponíveis no País, e que, porém, estão ainda indisponíveis para um universo muito grande de produtores. Desburocratização de processos, segurança jurídica, educação, acesso a crédito e extensão rural. Nossa sustentabilidade passa por aí. (*Revista Nacional da Carne*, out. 2010)

Cabe notar que o próprio setor reconhece limites nesta modernização, que coincidem com os limites da estrutura social da cadeia produtiva. É dado como pressuposto, mais ou menos natural, que a parcela do sistema produtivo “dentro da porteira” – isto é, no universo da criação de animais – se dá através de linhagens familiares sucessórias, por cujos liames de parentesco fluem não somente torrentes de capital, mas também certa “substância” imaterial da lida com a fazenda e os animais, próxima de um carisma ou mesmo um *mana* (Mauss, 2003) eminentemente patrilinear:

Não se pode esperar que a pessoa que realizou a transição da exploração extensiva dos anos 70 para a produção semi-tecnificada de 2010 carregue também a responsabilidade pela construção da próxima fase da pecuária competitiva de alto desempenho. Quem conduziu o negócio ao longo dos últimos 20 anos dificilmente possui o conhecimento e a energia empreendedora exigida para perpetuar a atividade no novo contexto do conceito alimentar de 2020. (...) Um dos caminhos para uma sucessão tranqüila é a chamada ‘co-gestão geracional’ (...) que combina a experiência e a sabedoria do pai com os novos conhecimentos e o dinamismo de um ou vários filhos. (*Informativo Manejo*, abr-mai 2012).

Se o avô construiu a fazenda e o pai a tecnificou, caberá ao filho proceder às novas revoluções tecnológicas da agropecuária, dentre as quais o “manejo racional”. O frigorífico, na sequencia, responderá pelo “abate humanitário”. O animal, ao longo do percurso, terá uma boa vida na fazenda e uma boa morte no abatedouro, acarretando lucros materiais e distinção simbólica para todos os agentes humanos envolvidos no processo.

Em que medida este processo pode ser considerado uma dinâmica típica de modernização conservadora, articulada à própria história de conservadorismo político e resistência a mudanças estruturais da pecuária nacional (Borges, 2008), caberia a outro trabalho demonstrar. O que interessa aqui, em contrapartida, é o quanto a questão do bem-estar animal, via “manejo racional” e “abate humanitário”, é absorvida e significada pelos agentes do agronegócio nacional. Vimos como isso se processa numa conjuntura maior, alicerçada pelas pressões do Estado e do mercado mundial de carnes. Agora, cumpre examinar de que maneira o bem-estar animal tem sido compreendido na ponta última de todo o dispositivo, isto é, lá onde ocorre o contato entre manejador humano e indivíduo animal.

Um corpo-que-sofre

Daquilo que foi dito até agora, percebe-se que a mediação privilegiada pelo agronegócio atento à questão do bem-estar no Brasil é uma mediação, acima de tudo, técnica e científica. São saberes científicos, mormente zootécnicos, aqueles que moldam a operação do dispositivo. Não estamos muito longe, portanto, do tipo de “ideologia zootécnica” descrita por Porcher (2011) como o paradigma hegemônico das relações entre humanos e animais no contexto agroprodutivo dos últimos dois séculos, com a diferença de que agora os animais possuem um reconhecimento subjetivo inaudito no contexto anterior. Há, neste sentido, uma tensão constante nesta “nova ideologia zootécnica” entre o animal como sujeito sofrente e o animal como fornecedor de matéria prima. Em ambos os casos, o bem-estar incide como panaceia científica, pois, em relação ao animal subjetivado, garante o respeito à sua integridade ética; e em relação ao animal objetivado, garante a qualidade e a integridade da sua carcaça.

No primeiro caso, há um corpo-que-sofre que merece ser cuidado e protegido por sua *interioridade*. No segundo caso, há um corpo-que-sofre que merece ser cuidado e protegido por sua *fisicalidade*. Emprego aqui estes conceitos à maneira de Descola (2005), compreendendo pelo primeiro a dimensão subjetiva, senciente e mental dos seres vivos – aquilo a que se responde com a pergunta “quem?” –, e pelo segundo, a dimensão objetiva, material, extensa dos seres corporais que respondem pela pergunta “o quê?”. O sofrimento, no primeiro caso, é uma dimensão interior, psíquica. No segundo, uma dimensão física, hormonal. A morte também se declina nestes dois sentidos: por um lado, é uma expectativa mental que supostamente os animais *sentem*,

sob a forma de *medo*; por outro, é uma evidência material que os animais sensorialmente *percebem*, cuja manifestação comportamental é o *stress*.

Analisando-se os mesmos informativos e veículos setoriais anteriormente citados, entende-se como funciona esta oscilação entre o objetivo e o subjetivo. Acessar a percepção do sistema-carne a respeito do bem-estar animal através destes informativos é metodologicamente estratégico porque o objetivo destes materiais é justamente convencer os produtores das vantagens dos métodos “racionais” e “humanitários”. Em outras palavras, estes informativos traduzem o mundo do bem-estar animal para a língua que os pecuaristas entendem. Seguem alguns exemplos:

Quando centrada no aspecto *subjetivo* dos animais, a ênfase da transformação profissional do sofrimento recai sobre o aperfeiçoamento das interações subjetivas entre humanos e animais. Ambos são considerados como portadores de alguma interioridade:

Você já pensou em *como o gado vê e sente* a estrutura e o manejo que recebe desde o pasto até o frigorífico? (*Informativo Manejo*, abr-mai-jun. 2011).

É preciso considerar os animais como seres vivos, que *sentem, pensam, decidem* e têm uma capacidade enorme de aprender se tivermos disponibilidade interna para ensiná-los (*Informativo Manejo*, out-nov-dez, 2011)

Há momentos em que o manejo racional aproxima-se de uma verdadeira ética, pontuada por prescrições normativas e considerações de cunho teleológico:

As pessoas que participam da produção *deveriam* entender que *trabalhamos com seres vivos* e pensar assim: ‘se o abate é inevitável – e o é – que *estes animais tenham uma vida feliz*’ (*Manejo*: jan-fev-mar. 2011)

Nesta perspectiva, “o principal objetivo do manejo de baixo estresse é que a partir do conhecimento das *necessidades internas dos animais e da consciência de si* cada um po[ssa] forjar o seu próprio método, sem ter que copiar o método de ninguém” (*idem*). Esta lida “adequada” dos trabalhadores com os animais aproxima-se, normativamente, de uma educação da atenção (Ingold 2000), marcada pela familiarização de si com o outro a partir do engajamento mútuo:

(...) suas ferramentas mais importantes [do vaqueiro] são o seu corpo e a maneira como se movimenta na presença do gado (...) quem lida com o gado deve atender a três prioridades básicas: a sua própria segurança, a segurança dos animais e estar *atento* para que ao terminar o trabalho os animais estejam inteiros, física, *mental e emocionalmente* (*Informativo Manejo*: out-nov-dez. 2011)

Fica claro que os tratadores têm uma capacidade enorme de *interagir com os animais e colocar imediatamente em prática* a informação passada. É importante mostrar o benefício da boa *interação entre homem e animal*, o que gera uma nova prática de manejo (*Informativo Manejo*: jun-jul. 2010).

Contudo, quando a ênfase é dada no aspecto *objetivo* da produção animal, surge a figura da *carcaça*, matéria-prima da produção de carne, cuja integridade deve ser preservada:

(...) pesquisa realizada pelo Grupo ETCO (Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia e Ecologia Animal da Unesp de Jaboticabal/SP) revela que pelo menos 50% dos bovinos abatidos no Brasil apresentam lesões na carcaça, o que significa perda média de 500g de carne por hematoma, ou seja, cerca de 12 milhões de quilos de carne por ano. Pelo menos 40% dessas lesões são produzidas na fazenda (*Informativo Manejo*: jul-ago-set. 2011)

Em termos práticos significa dizer que em 1/3 das vezes *o boi como embalagem da carne* é mal aproveitado. E este ponto é determinante para a produtividade do rebanho @/ha/ano, rendimento de carcaça no gancho pago ao produtor e pelos baixos rendimentos que impactam diretamente na sua renda bruta. Também perde a indústria por não maximizar sua produtividade com qualidade de matéria-prima (*idem*)

Sob este aspecto, a questão de desloca de um corpo-que-sofre subjetivo para um corpo-que-sofre objetivo, o que coaduna com uma passagem da interioridade para fisicalidade do animal. Os indicadores do sofrimento e do bem-estar não serão mais produzidos a partir de uma interação emocional entre animal e humano, mas sim através de uma leitura procedimental dos seus comportamentos e, acima de tudo, através da medição química de toxinas e outras substâncias, como o cortisol, na sua corrente sanguínea. Alhures (Sordi, 2013), detive-me mais tempo sobre a paradigmática questão do “boi como embalagem de carne”, argumentando de que maneira a profissionalização do bem-estar animal contribui para um aproveitamento industrial ainda maior dos animais abatidos. Por ora, seria bastante trabalhoso recuperar toda a argumentação, mas

creio que os dois excertos acima mencionados já indicam boa parte do caminho e percorrido e dos sentidos rastreados nestes outros trabalhos.

O que interessa para o presente estudo, entretanto, é a emblemática oscilação deste corpo-que-sofre entre algo ora objetivo, ora subjetivo, sem qualquer definição final sobre qual dos polos impera sobre o outro. Arriscaria-me a formular a hipótese de que seja o polo objetivo, já que este corpo-que-sofre é produzido enquanto tal tendo em vista a sua morte: ou seja, sua objetivação absoluta.

O que isto tudo tem a dizer sobre nós, os humanos?

O fato dos animais serem próximos o suficiente dos seres humanos para que testemos neles certos dispositivos técnicos de intervenção, manipulação e controle, mas distantes o suficiente para que o façamos sem ter de lidar com os entraves éticos humanistas da nossa sociedade, não deixa de ser perturbador. Vale sempre à pena lembrar que a primeira estrutura panóptica de vigilância, segundo Foucault, era um zoológico (Foucault 1977, p. 172), e não tardou para que o *blueprint* desta tecnologia se transladasse para as prisões, escolas, fábricas e manicômios, com as consequências que conhecemos. O órgão de Estado que primeiro levou a cabo o projeto nazista de uma Alemanha *judenrein* – “livre de Judeus” – foi a divisão de controle de pragas e zoonoses. Quando os militantes do “abolicionismo animal” argumentam que abatedouros e confinamentos animais são como grandes campos de concentração, devemos recordar que, à sua época, campos de concentração também foram comparados com grandes abatedouros e unidades de confinamento animal. Naquele momento, a civilização ocidental ficou chocada com a possibilidade, tecnicamente mediada, de massas humanas serem tratadas “como animais”. E hoje? Abolicionistas esperam que fiquemos chocados com as massas animais manejadas como... animais? Como... humanos? Será que ainda é possível mobilizar o grande divisor animal/humano como conceito operatório para estas experiências limites de sofrimento?

O fato de que metáforas pastorais sirvam, desde a Antiguidade, para se referir a realidades governamentais e políticas, revela muito sobre o modo ocidental de relação com a alteridade, tanto humana quanto animal (Haudricourt 1962). Objeto clássico da antropologia, a importância dos animais para a disciplina já foi defendida por serem eles bons “para comer” (Marvin Harris), “para pensar” (Lévi-Strauss) e, mais recentemente,

“para se viver junto” (Donna Haraway). Parece necessário, contudo, agregar um último termo, tão importante quanto os precedentes: os animais também *são bons para testar* – desde cosméticos e medicamentos, a dispositivos de governo dos corpos e subjetividades. Desprovidos de humanidade, mas, ainda sim, detentores de experiência, capazes de sentir dor ou prazer, adoecer e melhorar, os animais tornam-se êmulos perfeitos para se verificar, de antemão, as consequências de políticas e técnicas aplicadas aos corpos; políticas e técnicas que, por sua vez, compõem o cerne daquilo que Foucault classificou, muito acertadamente, como uma *biopolítica*. De acordo com Agamben, parafraseando Foucault,

Resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar o holocausto (2002, p. 11).

O que autoriza a existência de uma biopolítica é a transformação, cada vez mais acurada (e profissionalmente mediada), da *bios* - a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou grupo, isto é, a vida moralmente qualificada - em *zoé*, o simples fato de viver comum a todos os seres vivos, material, orgânica e sensitivamente (Agamben 2002). A *bios*, como condição *moral*, ergue-se soberana sobre qualquer tentativa de reificação e objetificação, conformando-se, a meu juízo, como aquilo que Kleinman e Kleinman (1995) chamam de o caráter “definitivamente humano da experiência”. A *zoé*, como *fato da natureza*, engloba homens e animais como viventes.

Alguns conhecimentos gerados pela ciência do bem-estar animal, como a transformação profissional do sofrimento em índices matemáticos, contêm potencialidades um tanto inquietantes se forem cruzadas as barreiras entre espécies ou obliterado o aspecto “definitivamente humano da experiência” a partir da reificação daquele que sofre. A questão é: o que pode significar, nos dias de hoje, deter um conhecimento bioquímico ou comportamental que pode auxiliar na metrificação de “níveis admissíveis de sofrimento”? Quais os limites éticos de uma medição objetiva de sofrimento em contextos como a eutanásia ou os cuidados paliativos? O sangue que corre nas veias dos animais não é tão diferente do nosso.

Os juristas do departamento de Estado norte-americano, que após escrutinarem as Convenções de Genebra de todas as maneiras possíveis, chegaram à conclusão de que privação do sono e comida, manutenção dos interrogados em situação de estresse e a inserção de agulhas desinfetadas em baixo das unhas dos interrogados não consistiriam casos de tortura (Saavedra 2008), seguramente fariam ótimo uso político deste tipo de conhecimento “objetivo”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. 2002. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. 2009. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- BORGES, Barsanufu Gomides. 2008. *Estado e Economia no Brasil central: o poder dos grandes produtores rurais*. Goiânia: Editora da UCG.
- DESCOLA, Philippe. 2005. *Par-delà Nature et Culture*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. 1977. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- HAUDRICOURT, A.G. “Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d’autrui” In.: *L’Homme*, 1962, tome 2, n. 1, pp. 40-50.
- IBGE. *Produção da Pecuária Municipal*, v.39.
- INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. 1995. “Suffering and its Professional Transformation: toward an ethnography of Interpersonal experience” In: KLEINMAN, Arthur. *Writing at the margin*. Berkeley: University of California Press.
- LISBOA, Marijane. 2009. “Violência institucional e globalização econômica: o caso brasileiro” In: *Projeto História*, n.38, 231-244.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Coscac Naify.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. “Instrução normativa nº 3:” Brasília: *DOU*, 17 de janeiro de 2000.
- _____. “Termo de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento – mapa e a Sociedade mundial de proteção animal - wspa, objetivando intensificar o programa de capacitação dos médicos Veterinários oficiais que atuam no serviço de inspeção Federal, com ênfase no atendimento aos requisitos de abate Humanitário” Brasília, dezembro de 2007.
- _____. “Portaria nº 185”. Brasília: *DOU*, de 17 de março de 2008.

PARK, Myun. SINGER, Peter. 2012. "The Globalization of Animal Welfare". In.: *Foreign Affairs*, 91(2), disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/137188/miyun-park-and-peter-singer/the-globalization-of-animal-welfare>, acesso em: 18/01/2013.

PORCHER, Jocelyne. 2011. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S.

SAAVEDRA, Giovanni. 2008 "Segurança vs. Dignidade – o problema da tortura revisitado pela criminologia do reconhecimento". In.: *Veritas*, 53(2), 90-106.

SHORE, N.; WRIGHT, S. 1997. "Policy: a new field of Anthropology" In.: _____. *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. Londres: Routledge.

SORDI, Caetano. 2013. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos: estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (orientador: Bernardo Lewgoy).